

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: bancários refletem sobre conquistas e desafios



Apesar de o Brasil ter uma das legislações mais avançadas do mundo para as pessoas com deficiência (PcDs), a população que se enquadra no grupo ainda precisa lutar para ter os seus direitos garantidos no mercado de trabalho. Na categoria bancária, PcDs representam 4%, sendo somente 2% nos cargos de liderança, além de terem remuneração média 37,6% inferior à de bancários sem deficiência

O tema, bastante debatido na campanha nacional dos bancários deste ano, resultou em conquista para os PcDs da categoria que foi o abono de ausência a esses trabalhadores, para conserto ou reparo de próteses, garantindo que possam atender suas necessidades sem prejuízos financeiros ou profissionais. "Reconhecemos que essa é uma conquista importante, mas também que precisamos avançar muito para garantir a equiparação salarial e de oportunidade de ascensão profissional nos bancos", salientou Elaine Cutis, secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT.

As regras para a inclusão de PcD no mercado de trabalho brasileiro estão estabelecidas pela Lei Federal nº 8.213/1991, segundo a qual as empresas com 100 a 200 empregados devem assegurar 2% das vagas para essa população. Empresas com 201 a 500 funcionários devem assegurar 3% das vagas; entre 501 a 1.000, 4%; e aquelas com mais de 1.001 funcionários, 5%.

"Ainda segundo esta legislação, não basta apenas cumprir esse percentual, as empresas precisam assegurar um ambiente de trabalho acessível, com todo o suporte necessário às pessoas com deficiência", destaca Elaine Cutis. "E essa é uma reivindicação que reforçamos junto aos bancos, porque verificamos um percentual muito reduzido de PcDs nos cargos de liderança, além de uma diferença salarial significativa. Em nossa avaliação, esse quadro se dá pelo capacitismo praticado quando a gestão do banco não proporciona a igualdade de oportunidades para que uma pessoa PcD ascenda na carreira, incluindo garantia de suportes conforme a condição específica dela", pontua a dirigente.

A coordenadora do Coletivo Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras com Deficiência da CUT, Maria Cleide Queiroz, completa que o quadro atual comprova que a luta pelos direitos dos PcDs deve ser permanente. "As conquistas na legislação brasileira e na CCT da categoria bancária são valiosas e nos dão esperança de alcançar, num futuro próximo, um mercado de trabalho inclusivo e que garanta todos os direitos humanos. Mas isso não será possível sem unidade, mobilização e atuação de todas e todos nas campanhas por igualdade de oportunidade na nossa e nas demais categorias", conclui.